

NO ANO 50 DA MORTE DE ALCÂNTARA MACHADO

Silveira PEIXOTO

Deixem que me vá pela janela da saudade - primeiro pé-ante-pé, logo estugando os passos, agora num corredão. Já chegamos naqueles últimos dias de abril de 1939, mais de meio século passado, exatamente há 52 anos... Sim, estamos numa noite da Paulicéia dos nossos tempos de moços, na São Paulo que, já disseram, podia mesmo ser menor, porque seus homens eram maiores. É noite outonal, de céu escampo, querendo desabar de tanta estrela que tem.

São 8 horas da noite, aqui adiante, na rua Frederico Steidel. Pois é com um sorriso amável, os olhos também sorrindo, que Alcântara Machado me recebe. Leva-me a seu gabinete de trabalho, os livros, muitos livros, subindo pelas paredes, nas estantes. Em seu jeito de falar piracicabano, pergunta-me sobre o que é a entrevista que lhe solicitei pelo telefone.

- Sobre sua obra, seus livros, sua vida...

- Vale dizer que você quer que eu fale de mim mesmo. Sempre fui avesso a essas coisas. Não é do meu feitio...

- Não é bem assim. Quero apenas algumas palavras sobre os livros que tem produzido, a maneira porque os escreveu, como prefere escrever...

Alcântara sorri um sorriso bom e amigo:

- Afinal, quer dizer a mesma coisa. Não me equivocarei, entretanto. Quero apenas reservar-me uma prerrogativa, a de não

responder ao que for demasiado indiscreto ou ao que disser respeito muito de perto à minha pessoa.

José de Alcântara Machado d'Oliveira veio-nos da Piracicaba de muitas legendas, de uma das famílias mais tradicionais de nossa Terra Bandeirante, filho ilustre do ilustre Barão Brasília Machado. Nasceu no 19 de outubro de 1875; seus primeiros estudos ele os fez na Escola Neutralidade, sob a orientação e a direção do grande educador que foi João Kopke. Tinha quinze anos - apenas quinze - quando veio para São Paulo e ingressou na velha e sempre nova Faculdade do Largo de São Francisco. Sob as Arcadas Legendárias sua inteligência não demorou a revelar-se. Por isto e pela sua dedicação aos estudos, depressa granjeou a admiração de mestres e condiscípulos. Já soneteava, já escrevia seus artigos...

Tem 20 anos, quando, em 1895, é nomeado lente substituto da Academia. Pode logo altear-se a catedrático - e, em pouco mais, é eleito Vice-Diretor, para, em 1931, assumir a Diretoria.

Logo, dá início à realização de um velho sonho e empreende a reforma, a reconstrução do prédio em que a Faculdade vinha funcionando havia mais de um século. Denuncia o descalabro do casarão vetusto, salienta ao Ministro da Educação que lhe falta a "nobreza de linhas arquitetônicas que requer um prédio dessa natureza".

Ao mesmo tempo, em suas próprias palavras, cuida de "transformar em biblioteca o depósito de livros que usurpara esse nome". Já em 32 pode anunciar que estão bem arrumados 40.000 volumes, completadas coleções de várias revistas, restaurados 5.000 volumes estragados, organizado o fichário onomástico com 18.000 fichas, também o decimal, de 100.000. Acha-se assegurada sua renovação, sua atualização, com a aquisição regular de novos livros.

E a reforma do velho casarão, melhor dizendo a construção do prédio atual - prossegue, Alcântara Machado atento às obras que, através de administrações subseqüentes, vieram a dar-nos o edifício hoje de nossa Faculdade de Direito.

Acabo de falar-lhe em 32... Pois daquele nosso grandioso 32, no 11 de Agosto, é a oração de Alcântara Machado, que a todos nos comoveu, aos que estávamos nas Trincheiras Constitucionallistas, para restaurar o Brasil no Estado de Direito.

O silêncio era tumular sob as Arcadas. Nossos moços estavam por aí além, nas estacadadas de nossa Guerra Pela Lei. A noite, noite brumosa, o Diretor Alcântara Machado falou a São Paulo e ao Brasil:

"Fechai os olhos para que a ilusão seja completa, meus queridos e incomparáveis alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. Venho convidar-vos a assistir comigo à data luminosa de 11 Agosto. A Congregação acaba de entrar no Salão Nobre da Escola, tão vosso conhecido. Está completa. Compareceram todos - vivos e mortos: Ramalho, Crispiniano, Bonifácio, o moço, João Monteiro, Brasílio Machado, João Mendes, saem da tela, do mármore, do bronze e tomam assento no doutoral. Porque todos sabem que a sessão de hoje é a mais solene de quantas se realizaram nesta Casa e que nunca se fez mais oportuna a afirmação de que a Faculdade é o sacrário da lei, o sensório jurídico do País. A parte reservada ao auditório, aquela que costumais enfeitar com a vossa mocidade, a alegrar com a vossa turbulência, parece vazia. Mas, se prestardes atenção, vereis que se vai povoando de sombras. São os nomes de quantos vos precederam nas Arcadas do velho mosteiro franciscano que, sabendo-vos empenhados em defender as fronteiras de São Paulo, hoje confundidas com as fronteiras morais da Nacionalidade, vêm ocupar o lugar reservado aos estudantes. Sim, a sala está superlotada das maiores figuras da nobiliarquia espiritual do Brasil". Estão Fagundes Varela, Castro Alves, Pedro Luiz, Tobias Barreto - Ruy!... "É o verbo do Direito, é o Condestável da Liberdade, é a voz augusta do semador de palavras eternas. Depois de Ruy, ninguém tem mais o que dizer. E a Assembléia se dissolve".

Voltemos ao gabinete de trabalho de Alcântara Machado. Pergunto-lhe por que e quando começou a escrever. Medita por alguns instantes, faz um rodeio em suas lembranças, responde sem mais hesitações:

- De meu pai e de meu avô herdei a vocação para as letras. O primeiro foi, no sentir unânime de quantos o ouviram, o mais completo dos tribunos judiciários, um dos mais empolgantes oradores de seu tempo. O outro, não faz muito que o descobri, ao classificar-lhe o arquivo opulento: foi o militar intrépido, o político de procedimento retilíneo, o historiador inteligente e consciencioso - Brigadeiro Machado d'Oliveira.

Uma pequena pausa e prossegue:

- Cresci no meio de livros. Na casa paterna, era o que não faltava. Clássicos e modernos, História, Direito, Política, Literatura... Não é de espantar, que, assim, aos cinco anos, animado por minha mãe, eu já soubesse ler. Também não é de surpreender que, aos seis, tenha começado a redigir um jornalzinho de palmo e meio, tendo no cabeçalho, feito por meu pai, o nome poético de "O Rouxinol". Depois, na Faculdade, tive a companhia de Magalhães de Azeredo, Cesar Bierrenbach, Antonio de Godoi... Seguros do próprio valor, eles não hesitavam em afrontar a publicidade, em livros e periódicos. Quanto a mim, só me arriscava, a medo e escondido em pseudônimos, a enviar à "Semana" de Valentim Magalhães, alguns sonetos.

- Porque os pseudônimos?

- Por vários motivos... O mais forte era o de atribuírem aqueles subprodutos à autoria ou à colaboração paterna.

- Seu primeiro livro?

- **Momento da formação dos contratos por correspondência...** Resultou de um prêmio a mim conferido pelo Professor Pinto Ferraz, em concurso entre estudantes da Faculdade, sobre assunto jurídico. Outros vieram...

Sempre entendi que **Vida e morte do bandeirante** foi, como é, seu grande livro. Pois Alcântara Machado concorda:

- Foi o que mais me agradou. Talvez porque o tenha escrito com infinita paciência na colheita do material e com prazer infinito na reconstituição da época.

- Sua gênese?

- Publicados pelo Arquivo de São Paulo os testamentos e inventários da Era Colonial, convenci-me, logo, de que ali estavam, dispersas e informes, contribuições de valor incomparável para o conhecimento de como viviam nossos maiores. Deles, os historiadores e cronistas só nos contavam os feitos guerreiros, as querelas intestinas, a Epopéia das Bandeiras. Ninguém sabia da vida que levavam, no povoado ou na roça, do grau de cultura que haviam atingido, da organização da família, das preocupações de ordem religiosa, da atividade econômica, de outros elementos para o entendimento do que era nossa gente naqueles tempos.

- "Vida e morte do bandeirante"...

- Teve êxito maior do que eu esperava. Foi o que me abriu as portas da Academia Brasileira de Letras.

Sim, membro da Academia Paulista de Letras em 1919, de 1929 a 1941 presidente deste Augusto Sodalício, em 1931 eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Lá pelos meados da década de 30 - disse-o Levi Carneiro - recebe Alcântara Machado o encargo de ultimar a codificação de nosso Direito Penal. Não é empreitada cômoda, nem fácil. "Rea-liza-a, apaixonadamente. Ainda uma vez, na obra feita, está ele próprio. Transfunde nela a sua personalidade, pelo ardor com que a ela se consagra e a defende; pelo cuidado metuculoso de aprimora-la, na substancia e na expressão; pela salvaguarda dos interesses coletivos".

Seu projeto é "obra nova, obra pessoal - ainda que não pudesse ser, como ele próprio acentuou, de todo original, criação de todo inédita". Todavia, na exposição de motivos do nosso Código Penal de 41, o então ministro da Justiça, Francisco Campos, reconhece que, sem dúvida, "o projeto Alcântara Machado representa, em relação aos anteriores, um grande passo, no sentido da reforma da nossa legislação penal" e louva a obra e, enumerando os que haviam concorrido para a nova codificação, antepõe a todos o nome de Alcântara Machado.

Sim, Alcântara Machado fez política, a verdadeira política, nunca a politicagem infelizmente encontradiça em nossos poli-

tiqueiros. Em 1911, eleito vereador à nossa Câmara Municipal, conquista, em 1915, uma cadeira de deputado estadual. Ascende ao Senado Estadual - e, em 1933, logo após nosso 32 de muitas glórias, vai para a Assembléia Nacional Constituinte.

"Ele era líder da Bancada de São Paulo", assinala Levi Carneiro, "E São Paulo comparecia à Assembléia Nacional lididamente representado por um grupo de homens ilustres - professores, advogados, industriais, expoentes de várias classes sociais, alguns dos quais haviam empunhado aramas na Revolução de 32".

"Ao iniciarem-se os trabalhos" - testemunha Levi Carneiro - o ministro Osvaldo Aranha "pregava a pacificação, num discurso belíssimo e empolgante". Logo, o líder da bancada da Bahia apresenta indicação, "pelo qual a Assembléia "resolvia atribuir ao Chefe do Governo Provisório" os poderes da "lei orgânica do mesmo Governo"...

Sucedem-se na tribuna deputados infensos ao Governo - e há quem reclame a anistia dos exilados políticos.

"Teve por fim a palavra Alcântara Machado. A notação exarada nos Anais - "movimento geral de Atenção" - que não se encontra nos discursos precedentes, mal traduz a ansiedade com que todos nos aproximamos da tribuna, para ouvir o chefe da Bancada Paulista", salienta Levi Carneiro. Aí, sob a emoção de toda a Assembléia, profundamente emocionado ele mesmo, Alcântara Machado profere breve oração, que define, lapidarmente, com a firmeza e a coragem de um grande chefe político, a sua atitude, o seu rumo, as suas aspirações: a Bancada Paulista não renunciaria "à primazia de pedir a anistia" - mas, acrescenta, entre aplausos calorosos:

"Estamos aqui para votar uma Constituição e não para discutir questões políticas. A obra de São Paulo, como de todos os paulistas, de todos os brasileiros, deve ser, nesta hora de imensas responsabilidades, uma obra de reconstrução nacional e não de demolição ou demagogia". "Foi para isto que São Paulo deu o seu sangue. Foi para isso que nos deu o seu voto. E é para isso que aqui estamos e daqui não sairemos enquanto não tivermos dado ao Brasil

uma Constituição digna de seu liberalismo, de sua cultura, de seu espírito cívico, e de todas qualidades que fazem a grandeza de nosso povo”.

Aconteceu no abril de 1941, dia 1º, há meio século. Aos 66 anos, o Professor José de Alcântara Machado d'Oliveira deixa esta nossa Paulicéia, toma pelos caminhos das Moradas do Pai os olhos cerrados, para verem melhor a luz que nunca se apaga.